

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Reprodução / Fifa



Relatório foi produzido por organização britânica

Fifa foi alertada para riscos de discriminação na Copa

Não foi por falta de aviso: em 2018, uma organização contratada pela Fifa afirmou haver “risco significativo” de que torcedores ou outras pessoas fossem barradas de maneira discriminatória ao tentarem entrar nos EUA, Canadá e México, candidatos a sediar a Copa. Segundo a Ergon Associates, especializada em direitos humanos, o impedimento de entrada poderia ocorrer “com base em informações que podem não ser precisas ou que podem ser aplicadas de forma discriminatória”. O relatório, entregue antes da escolha dos países-sede, citou preocupações específicas em relação aos EUA, “relacionadas à não discriminação e ao devido processo legal”, então analisadas por tribunais do país.

Países vetados

De acordo com o documento, a preocupação estava ligada a restrições norte-americanas em relação a cidadãos de “determinados países”. Na época, Donald Trump cumpria seu primeiro mandato na Casa Branca. A Ergon frisou que, em 2017, o governo dos EUA proibiu a entrada temporária de cidadãos de sete países, entre eles, Irã e Somália. A ordem foi suspensa pela Justiça, e substituída por outras proibições.

Reprodução / X



Árbitro somali impedido pelos EUA de atuar na Copa

Barrados por Trump

Esta semana, o governo dos EUA impediu a entrada do árbitro somali Omar Artan, escalado para a Copa, impôs restrições à mobilidade da seleção iraniana e barrou torcedores do país que haviam comprado ingressos. No texto, datado de 7 de março, a Ergon diz que os organizadores haviam recebido “fortes garantias” para “livre fluxo” de pessoas envolvidas com a Copa. Mas frisa que, dependendo da evolução dos controles de fronteira e segurança nos oito anos seguintes, seria preciso manter “diálogo regular” com os três governos nacionais.

Sem discriminação

O relatório ressalta uma garantia exigida pela Fifa solicita que governos dispensem vistos de entrada ou os facilitem. Diz também que quaisquer procedimentos devem ser “aplicados de maneira não discriminatória”. A Fifa, porém, ressalta que essas facilidades não devem prejudicar “os padrões nacionais de imigração e segurança dos países-sede.”

Garantia

Na proposta enviada à Fifa, os três países citam a Garantia Governamental feita pela entidade e a exigência de facilitar a entrada de “torcedores, delegações, autoridades e visitantes”. Afirmam que iriam colaborar para que “toda pessoa que respeita a lei seja bem-vinda para desfrutar da Copa do Mundo”.

Padrão Fifa

Em texto publicado durante o processo de escolha das sedes da Copa, o presidente da Fifa, Gianni Infantino, prometeu que seriam usados “altos padrões em termos de conduta ética, participação e compromisso com a sustentabilidade e os direitos humanos”. A escolha foi anunciada em junho de 2018.

Brasil liberou

A Fifa foi bem mais dura com o Brasil, que sediou a Copa de 2014. Lei aprovada pelo Congresso e sancionada por Dilma Rousseff determinava a concessão de vistos de entrada a todas as pessoas envolvidas com a organização ou com a competição. Isto, “sem qualquer restrição quanto à nacionalidade, raça ou credo”.

Comprou, entrou

Os vistos também deveriam ser entregues a espectadores que tivessem ingressos ou confirmação de compra. A lei também também beneficiava “todos os indivíduos que demonstrem seu envolvimento oficial com os eventos” — as normas valiam também para a Copa das Confederações e para a Jornada Mundial da Juventude.

PEC 1

Entidades empresariais lançaram um manifesto de apoio à proposta de emenda constitucional que flexibiliza a jornada de trabalho. Apresentada pelo senador Rogério Marinho (PL-RN), a PEC é um contraponto à que prevê a adoção da jornada de 40 horas semanais, com cinco dias de trabalho e dois de folga.

PEC 2

O projeto respaldado por empresários mantém o teto de 44 horas semanais e admite a redução de horas trabalhadas, desde que com diminuição proporcional dos ganhos do trabalhador. A escala flexível seria resultado de “acordo individual, convenção coletiva de trabalho ou livre pactuação contratual direta”.



Durigan: restrição ao Pix comprometeria sistema financeiro

Durigan alerta para sanções sobre o Pix

Ministro da Fazenda também defendeu restrições às bets

Por Beatriz Matos

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, colocou nesta terça-feira (09) dois temas que vêm ganhando espaço no debate público brasileiro no centro de suas preocupações: o Pix e as apostas online.

Em entrevista ao UOL, o ministro afirmou que eventuais sanções contra instituições financeiras brasileiras poderiam criar dificuldades dentro do sistema de pagamentos instantâneos e defendeu regras mais rígidas para as bets, incluindo limitações semelhantes às aplicadas à publicidade de cigarros.

Segundo Durigan, um dos riscos seria a adoção de medidas contra bancos específicos, o que poderia provocar falhas operacionais para usuários.

“Uma pessoa no Brasil que quer fazer Pix para um banco vai ter um aviso lá dizendo: ‘Não, esse banco está sendo punido e ele não pode receber Pix’”, afirmou. Para o ministro, esse tipo de situação criaria lacunas e dificuldades dentro do sistema financeiro.

Pix

A declaração ocorre em meio às discussões sobre o papel do Pix no mercado financeiro internacional. Para Renan Silva, professor de economia do Ibmec Brasília, o sistema ultrapassou há muito tempo a função de simples meio de pagamento.

“O Pix não é apenas um meio de pagamento, mas uma infraestrutura estratégica essencial para a soberania financeira do Brasil”, afirma o especialista. Segundo ele, mesmo diante de eventuais restrições externas, o funcionamento da economia doméstica permaneceria preservado. Salários, transferências entre pessoas, pagamentos do comércio e operações governamentais continuariam ocorrendo normalmente, já que o Pix opera de forma independente de redes internacionais como Visa, Mastercard ou do sistema Swift.

Os maiores impactos, explica Renan, seriam sentidos nas operações internacionais. “Exportações e importações poderiam enfrentar dificuldades para liquidação em dólar e euro, exigindo canais alternativos para a realização das transações”, avalia.

Regulação

Na mesma entrevista, Durigan voltou a defender um aperto gradual das regras para o mercado de apostas online. O ministro argumentou que o setor ganhou relevância econômica ao longo dos últimos anos e que a resposta do governo deve passar por uma regulação cada vez mais rigorosa.

“Precisamos tratar as bets igual tratamos cigarro. Como faz mal para a saúde, como faz mal para o bolso do brasileiro, nós temos que ir apertando a regulação”, declarou.